



DIALOGOS
FUTURO
SUSTENTÁVEL



Embaixada
da República Federal da Alemanha
Brasília



D20_GREEN NEW DEAL

10/02/2022

Mudança climática agrava a desigualdade

Daniela Chaves



A mudança climática não é apenas um fenômeno ambiental, mas também econômico e social. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a mudança climática pode agravar a desigualdade social, especialmente em países em desenvolvimento. Isso ocorre porque os impactos da mudança climática, como a seca e a elevação do nível do mar, afetam mais severamente as populações mais pobres, que geralmente vivem em áreas de risco e dependem mais diretamente dos recursos naturais para sobreviver.

Os efeitos da crise de clima são sociais

Além de afetar a saúde humana, a mudança climática também pode causar deslocamento de populações e conflitos sociais. Segundo a ONU, a mudança climática pode levar a migrações em massa, especialmente em áreas costeiras e de baixa altitude. Isso pode gerar tensões sociais e conflitos por recursos naturais, como a água e a terra.

Portanto, a mudança climática não é apenas um problema ambiental, mas também um desafio social e econômico. É necessário que os governos e a sociedade em geral tomem medidas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e adaptar-se aos impactos da mudança climática, especialmente em áreas mais vulneráveis.

É preciso que o Brasil se prepare para os impactos da mudança climática. Segundo a ONU, o Brasil é um dos países mais vulneráveis do mundo devido à sua localização geográfica e à sua dependência dos recursos naturais. Portanto, é fundamental que o Brasil tome medidas para reduzir suas emissões e adaptar-se aos impactos da mudança climática.

Uma das principais medidas é a transição para fontes de energia limpa, como a energia solar e eólica. Além disso, é importante investir em infraestrutura resiliente, como diques e sistemas de drenagem, para proteger as áreas costeiras e de baixa altitude. Também é necessário promover a educação ambiental e a conscientização da população sobre a importância da mudança climática.

Portanto, a mudança climática é um desafio complexo que requer a cooperação de todos. É necessário que o Brasil tome medidas urgentes para enfrentar esse desafio e garantir um futuro sustentável para todas as gerações.

Brasil

Mudança climática agrava a desigualdade



A mudança climática não é apenas um fenômeno ambiental, mas também econômico e social. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a mudança climática pode agravar a desigualdade social, especialmente em países em desenvolvimento. Isso ocorre porque os impactos da mudança climática, como a seca e a elevação do nível do mar, afetam mais severamente as populações mais pobres, que geralmente vivem em áreas de risco e dependem mais diretamente dos recursos naturais para sobreviver.

Os efeitos da crise de clima são sociais

Além de afetar a saúde humana, a mudança climática também pode causar deslocamento de populações e conflitos sociais. Segundo a ONU, a mudança climática pode levar a migrações em massa, especialmente em áreas costeiras e de baixa altitude. Isso pode gerar tensões sociais e conflitos por recursos naturais, como a água e a terra.

Portanto, a mudança climática é um desafio complexo que requer a cooperação de todos. É necessário que o Brasil tome medidas urgentes para enfrentar esse desafio e garantir um futuro sustentável para todas as gerações.

No Brasil, diesel precisará de mais de um substituto, aponta estudo



Um estudo realizado por pesquisadores brasileiros aponta que, devido à mudança climática, o Brasil precisará de mais de um substituto para o diesel em motores de combustão interna. Isso ocorre porque a mudança climática pode afetar a produção e a distribuição de combustíveis fósseis, tornando-os mais escassos e caros. Além disso, a mudança climática também pode afetar a infraestrutura necessária para a distribuição de combustíveis, como os oleodutos e as refinarias.

Os efeitos da crise de clima são sociais

Portanto, a mudança climática é um desafio complexo que requer a cooperação de todos. É necessário que o Brasil tome medidas urgentes para enfrentar esse desafio e garantir um futuro sustentável para todas as gerações.

Assine: assinavelor.com.br
 ou ligue: 0800-7010000



IBAMA ignora 99% dos alertas de desmatamento



Apenas um em cada cem alertas de desmatamento da Amazônia registrados pela plataforma MapBiomas resultou em algum tipo de sanção por parte do IBAMA, seja por meio de embargos ou autos de infração, entre 2019 e 2020. Dos 115.688 alertas, 1,3%, representando apenas 6,1% do total de área desflorestada, escapou da "miopia" federal. Os dados são de um levantamento realizado pelo Observatório do Clima e pelo Instituto Centro de Vida.

A inação não ocorreu por falta de informações, já que o MapBiomas baseia-se em fontes de dados de sistemas oficiais, como o INPE. Também não dá para alegar falta de funcionários em campo. Em entrevista ao *Estadão*, a ex-presidente do IBAMA, Suelly Araújo, esclareceu que, desde 2017, o IBAMA conta com a operação Controle Remoto, por meio da qual é possível emitir multas a partir de irregularidades identificadas pelo cruzamento de imagens de satélite com dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR). O embargo de áreas – que impossibilita o proprietário da terra de conseguir crédito rural – também é automático, segundo Suelly. [p1](#), [Carta Capital](#) e [Metrópoles](#) repercutiram o estudo.

Tudo indica que os dados de 2021 serão ainda piores, já que o número de multas despencou na proporção inversa ao da destruição da maior floresta tropical do planeta no ano passado. Para aqueles, como o atual presidente, que gostam de subir em púlpitos oficiais da ONU e bradar aos quatro ventos como a Amazônia está protegida, este é mais um dado que – somado aos de recordes de desmatamento – escancara o abismo colossal entre o discurso e a prática da atual gestão no que se refere à política ambiental brasileira.

Se o governo brinca de cabra-cega enquanto a Amazônia arde, o mesmo não acontece com investidores internacionais, que estão cada vez mais atrelando suas decisões de investimento a boas práticas climáticas e ambientais, como destacou ontem (10/2) Heiko Thoms, Embaixador da Alemanha no Brasil, durante *live* internacional "Green New Deal – Um novo acordo verde para o mundo e para o Brasil". A *live*, da série Diálogos Futuro Sustentável, foi transmitida pelo Instituto Clima e Sociedade (ICS) no [YouTube](#).

Amazônia registra mais um recorde de alertas de desmatamento em janeiro



Parece notícia velha, mas infelizmente não é. Novamente, tivemos recordes de alertas de desmatamento na Amazônia. Em janeiro, foram ceifadas árvores de uma área equivalente a 43 mil campos de futebol, ou 430 quilômetros quadrados, de acordo com dados coletados pelo sistema de satélite DETER, do Instituto de Pesquisas Espaciais.

Este foi o pior janeiro desde 2016, quando os dados começaram a ser monitorados pelo DETER-B, mostrou o [Jornal Nacional](#) de 6ª feira (11/2). O volume desmatado é 418% superior ao desmatamento registrado em janeiro de 2021 e ocupa uma área equivalente à cidade de Jundiaí, no interior paulista, como comenta o [Estadão](#).

Nem o período chuvoso deste ano foi capaz de aplacar a gana destrutiva dos grileiros e demais desmatadores, que parecem estar determinados a acelerar a corrida contra o tempo enquanto o comando do país continua nas mãos de quem, como Bolsonaro, fecha os olhos para as atrocidades cometidas contra a maior floresta tropical do planeta.

"Esse é um momento de ouro para quem desmata e/ou rouba terras públicas, já que existe uma falta proposital de fiscalização ambiental e expectativa de alteração na legislação para regularizar a invasão de terras públicas", denunciou Cristiane Mazzetti, do Greenpeace, conforme destacou Miriam Leitão, n^o [Globo](#). Segundo a organização, 22,5% da área desmatada é de florestas públicas não destinadas, que são alvo da grilagem de terras.

Os alertas de desmatamento estão concentrados, em sua maioria, nos estados do Mato Grosso, Rondônia e Pará, mas também avançam em florestas antes preservadas, como as do sul do Amazonas, perto da divisa com Acre e Rondônia.

Em fevereiro, o ritmo continua acelerado. De acordo com a [CNN Brasil](#), nos quatro primeiros dias do mês, uma área equivalente a 17,6 km² de floresta já foi dizimada – o equivalente a 440 campos de futebol por dia. [Metrópoles](#), [Correio Braziliense](#), [Poder 360](#), [Cultura](#), [Reuters](#) e [BBC](#) repercutiram.

Em tempo: No [Valor](#), a jornalista Daniela Chiaretti destacou a preocupação do embaixador da Alemanha no Brasil, Heiko Thoms, quanto à perda da confiança no Brasil por parte do mundo e dos mercados investidores devido ao desmatamento, principalmente da Amazônia. Thoms demonstrou sua inquietação ao falar das oportunidades do Brasil frente à economia de baixo carbono, durante a abertura da 20ª edição do Diálogos Futuro Sustentável. O evento pode ser visto no canal do [YouTube](#) do Instituto Clima e Sociedade.



seminário internacional

GREEN NEW DEAL

— UM NOVO ACORDO VERDE PARA O MUNDO E PARA O BRASIL

10 FEVEREIRO 2022
10h30 às 12h
YouTube canal [AlemanhaoBrasil](#)

ALESSANDRO MOLON
Deputado Federal
PSB-RJ

CARLOS EDUARDO FRICKMANN YOUNG
Professor
GEMA / IE / UFRJ

STEPHAN CONTIUS
Coordenador Agenda 2030
Ministério do Meio Ambiente da Alemanha

Mediação
MARINA MARÇAL
Instituto Clima e Sociedade

DIÁLOGOS FUTURO SUSTENTÁVEL

EMBAIXADA DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA
Brasília

COLABOR

Embaixada da Alemanha apresenta: Seminário sobre um novo acordo verde para o mundo e para o Brasil

Por **Fabiana Ceylan** - 8 de Fevereiro de 2022

A 20ª edição do Diálogo Futuro Sustentável irá discutir com a sociedade as oportunidades para o Brasil avançar na discussão global acerca do Green New Deal (GND). O termo é uma referência ao New Deal americano e prevê a liderança dos EUA na promoção de um modelo econômico sustentável, com o objetivo de zerar as emissões globais até 2050 na esteira da recuperação global da pandemia por COVID-19.

Para tanto, o país deve garantir que, até 2030, 100% de sua própria eletricidade seja produzida por fontes limpas, renováveis e sem emissão. Buscando inserir o Brasil na discussão e avançar em pautas urgentes que atuem diretamente no combate à crise climática e frente às desigualdades socioeconômicas, o deputado Alessandro Molon (PSB-RJ) apresentou, durante a 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP26), a proposta de um novo acordo verde brasileiro.

Molon estará presente ao Diálogos, juntamente com o professor Carlos Eduardo Young, coordenador do grupo de economistas da UFRJ que elaborou o texto do Green New Deal brasileiro; e Stephan Contiuis, chefe da Divisão das Nações Unidas, Países em Desenvolvimento e Economias Emergentes do Ministério do Meio Ambiente da Alemanha, que trará perspectiva semelhante na experiência alemã. A mediação do debate será feita por Marina Marçal, coordenadora do Portfólio de Política Climática do Instituto Clima e Sociedade. Acompanhe, será dia 10 de fevereiro, às 10h30, horário de Brasília.

O evento pode ser acessado no Facebook pelo link:

<https://www.facebook.com/events/315958606512056/?mf=newsfeed>

Green New Deal Brasil pode gerar 9,5 milhões novos postos de trabalho

Assessoria de Imprensa: 501234567

Na 20ª edição do "Diálogos Futuro Sustentável", proposta que busca estruturar um modelo de crescimento justo e sustentável é detalhada e discutida

A primeira edição do ano do seminário internacional "Diálogos Futuro Sustentável", realizado pelo ICS - Instituto Clima e Sociedade e pela Embaixada da Alemanha, aconteceu quinta-feira, dia 10 de fevereiro, com transmissão ao vivo pelo YouTube do ICS. O tema do debate foi "**Green New Deal: Um novo Acordo Verde para o mundo e para o Brasil**", e foi discutido a viabilidade e as abordagens para a implementação do plano no país.

Com abertura de **Heiko Thoms**, Embaixador da Alemanha, e da diretora de Programas do ICS, **Tereza Lipporace**, e mediação de **Marina Marçal**, coordenadora do portfólio de política climática do ICS, o evento reuniu o deputado federal **Alexsandro Molon**, o professor **Carlos Eduardo Young**, coordenador do grupo de economistas da UFRRJ que elaborou o texto do Green New Deal brasileiro, e **Stephan Cortius**, chefe da Divisão das Nações Unidas, Países em Desenvolvimento e Economias Emergentes do Ministério do Meio Ambiente da Alemanha.

No início do evento, Heiko Thoms destacou que o mundo está em direção a uma economia mais verde. "Estamos caminhando para uma green economy global. Governos, mas também investidores privados, reconhecem que metas de proteção ambiental e climática não representam um obstáculo, mas sim um importante elemento para um desenvolvimento próspero da economia e para a paz social. As estratégias para a recuperação verde da Alemanha e da União Europeia são bons exemplos disso".

O Embaixador ainda ressaltou que, com os consumidores cada vez mais conscientes do que querem para o futuro, a origem dos produtos torna-se mais importante e o Brasil deve se preocupar com isso. "Na Europa, nós vemos que os consumidores se interessam cada vez mais detalhadamente pelas cadeias de suprimentos, eles querem saber de onde vem a carne do seu prato, o álcool para o tanque do seu carro. Por isso, o fato de o desmatamento na Amazônia estar crescendo, também constitui um problema para a nossa cooperação econômica. Estou seriamente preocupado com o risco de o **Brasil** perder a confiança do mundo, dos mercados investidores por causa do desmatamento", contou.

Stephan Cortius falou sobre a importância do financiamento sustentável e destacou o trabalho já feito na Alemanha relacionado ao tema. "Nós acreditamos que o financiamento sustentável é fundamental para que as metas climáticas e os **ODS sejam atingidos**. A gente precisa de financiamento para investimentos em tecnologia, infraestrutura e equities. Junto com uma série de parceiros, a Alemanha está promovendo uma rápida mudança para o financiamento sustentável como uma maneira de mobilizar o setor financeiro para se tornar mais resiliente e apoiar a recuperação verde".

Segundo o Comissário, juntamente com outros ministros, o **Ministério do Meio Ambiente da Alemanha** cooperará com países parceiros para conscientizar e desenvolver habilidades de financiamentos sustentáveis. Um dos exemplos citados por ele é o trabalho feito com a África do Sul. "Na África do Sul, o Ministério do Meio Ambiente da Alemanha apoia o desenvolvimento de green bonds em cooperação com o UNEP. Dos municípios, por exemplo, estão sendo apoiados por green bonds em temas de treinamento, desenvolvimento de estruturas de green bonds e identificação de novos projetos", disse.

Em sua fala, Alexsandro Molon detalhou a proposta para o Brasil e seus principais objetivos. Para que a economia brasileira se torne neutra em emissão de carbono em 2035 será necessária uma verba de R\$ 509 bilhões por ano **16,9% do PIB de 2019**. "As ações do **Green New Deal Brasil** buscam estruturar um modelo de crescimento justo e sustentável com responsabilidade social e fiscal. Em um contexto em que se reconhece a atual década como a decisiva para evitarmos impactos ainda mais disruptivos para a sobrevivência da humanidade, não se trata mais de um plano de recuperação econômica apenas, mas de um chamado. A recuperação de valores universais. Nosso conjunto de trinta ações até 2030 está distribuído em cinco eixos temáticos: infraestrutura, cidades, uso do solo e florestas, transição econômica justa e sustentável e mudanças políticas e normativas".

Molon revelou também como os objetivos seriam alcançados de forma prática, e algumas das ações promovidas pelo plano seriam recuperar e expandir a infraestrutura ferroviária, garantir a universalização do serviço de saneamento básico, promover a recuperação florestal e garantir empregos verdes. O deputado ainda contou quais os maiores diferenciais do Green New Deal. "**A grande diferença dessa proposta** para muitos projetos verdes anteriores é que ela está toda entremeadada e cruzada com impactos sociais. Não se trata de uma proposta apenas para o meio ambiente, se trata de uma proposta que, através das ações ambientais, foca também nas questões sociais, o que certamente significa um olhar especial para os povos originários, para as populações indígenas, para o povo negro do nosso país, passa também por ações afirmativas que a gente defende. Ou seja, tem uma pegada social muito forte, não é um projeto que trata apenas da natureza e esquece o ser humano", disse.

O professor Carlos Eduardo Young reforçou que não é possível pensar em crescimento econômico dissociado do processo social e do processo ambiental e exemplificou como as tragédias naturais também geram custo para o país. "O custo dos desastres climáticos, apenas no que diz respeito a enchentes, inundações e deslizamentos de terra, que já foi estimado é da ordem de dezena de bilhão de reais subindo para centena de bilhão de reais. Quando se tem um evento desastroso, como estamos tendo todo verão, em Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo, existe um custo que se dá porque não há adaptação, resiliência. Isso requer uma participação ativa do estado junto com a iniciativa privada, mas isso precisa ser lideado com foco no atendimento da população. Não se trata apenas de crescer o PIB, o que é fundamental é um PIB melhor".

Entre os resultados esperados com a implementação do **Green New Deal Brasil**, alguns dos destaques são 9,5 milhões de postos de trabalho criados, sendo **5,4 milhões de ocupações formais com um salário médio de 26 mil reais por ano**, 120 bilhões de reais por ano em arrecadação tributária a mais, a partir do crescimento econômico que será induzido pelo plano; e 1 gigatonelada de gás carbônico a menos por ano, que equivale à metade das **emissões reduzidas**.

ASSISTA AO PAINEL NA ÍNTEGRA:

<https://www.youtube.com/watch?v=cmZmgJHt8w0>

Embaixada da Alemanha promove o seminário “Novo acordo verde para o mundo e para o Brasil”

Participação de Stephan Cortius, do Ministério do Meio Ambiente da Alemanha

 100 DIPLOMACIA BUSINESS - FEVEREIRO 5, 2022



GREEN NEW DEAL
— UM NOVO ACORDO VERDE PARA O MUNDO E PARA O BRASIL

10 FEVEREIRO 2022
10h30 às 12h
YouTube canal ICS

ALESSANDRO MOLON
Deputado Federal

CARLOS EDUARDO FRICKMANN YOUNG
Professor

STEPHAN CORTIUS
Consulário Agência 2100
Ministério do Meio

Mediação MARINA MARÇAL
Instituto Clima e

A 20ª edição do Diálogos Futuro Sustentável irá discutir, dia 10 de fevereiro, as oportunidades para o Brasil avançar na discussão global acerca do Green New Deal (GND). O termo é uma referência ao New Deal americano e prevê a liderança dos EUA na promoção de um modelo econômico sustentável, com o objetivo de zerar as emissões globais até 2050 na esteira da recuperação global da pandemia por Covid-19. Para tanto, o país deve garantir que, até 2030, 100% de sua própria eletricidade seja produzida por fontes limpas, renováveis e sem emissão.

Buscando inserir o Brasil na discussão e avançar em pautas urgentes que atuem diretamente no combate à crise climática e frente às desigualdades socioeconômicas, o deputado Alessandro Molon (RJ) apresentou, durante a COP26, a proposta de um novo acordo verde brasileiro.

Além de Molon, estará presente ao Diálogos, o professor Carlos Eduardo Young, coordenador do grupo de economistas da UFRJ que elaborou o texto do Green New Deal brasileiro, e Stephan Cortius, chefe da Divisão das Nações Unidas, Países em Desenvolvimento e Economias Emergentes do Ministério do Meio Ambiente da Alemanha, que trará perspectiva semelhantes na experiência alemã.

A mediação do debate será feita por Marina Marçal, coordenadora do Portfólio de Política Climática do Instituto Clima e Sociedade.

O seminário, que tem apoio da Embaixada da Alemanha, será nesta quinta-feira, às 10h30.



ICCS | CANAL PORTUGUÊS | Diálogos 20 - "GREEN NEW DEAL Um N...
Assistir em 20 minutos

seminário internacional
GREEN NEW DEAL
— UM NOVO ACORDO VERDE PARA O MUNDO E PARA O BRASIL

Com origem nos EUA, plano econômico para zerar emissões até 2050 já tem desdobramentos globais.

DIPLOMACIA FUTURO SUSTENTÁVEL | **ICCS** | Universidade da República Federal de Alemanha | **COLABORA**

Assistir no 



IBAMA ignora 99% dos alertas de desmatamento

Climainfo

Apenas um em cada cem alertas de desmatamento da Amazônia registrados pela plataforma MapBiomas resultou em algum tipo de sanção por parte do IBAMA, seja por meio de embargos ou autos de infração, entre 2019 e 2020. Dos 115.688 alertas, 1,3%, representando apenas 6,1% do total de área desflorestada, escapou da "miopia" federal. Os dados são de um levantamento realizado pelo Observatório do Clima e pelo Instituto Centro de Vida.

A inação não ocorreu por falta de informações, já que o MapBiomas baseia-se em fontes de dados de sistemas oficiais, como o INPE. Também não dá para alegar falta de funcionários em campo. Em entrevista ao Estadão, a ex-presidente do IBAMA, Suely Araújo, esclareceu que, desde 2017, o IBAMA conta com a operação Controle Remoto, por meio da qual é possível emitir multas a partir de irregularidades identificadas pelo cruzamento de imagens de satélite com dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR). O embargo de áreas – que impossibilita o proprietário da terra de conseguir crédito rural – também é automático, segundo Suely. [g1](#), [Carta Capital](#) e [Metrópoles](#) repercutiram o estudo.

Tudo indica que os dados de 2021 serão ainda piores, já que o número de multas despencou na proporção inversa ao da destruição da maior floresta tropical do planeta no ano passado. Para aqueles, como o atual presidente, que gostam de subir em púlpitos oficiais da ONU e bradar aos quatro ventos como a Amazônia está protegida, este é mais um dado que – somado aos de recordes de desmatamento – escancara o abismo colossal entre o discurso e a prática da atual gestão no que se refere à política ambiental brasileira.

Se o governo brinca de cebra-cega enquanto a Amazônia arde, o mesmo não acontece com investidores internacionais, que estão cada vez mais atrelando suas decisões de investimento a boas práticas climáticas e ambientais, como destacou ontem (10/2) Heiko Thorns, Embaixador da Alemanha no Brasil, durante live internacional "Green New Deal – Um novo acordo verde para o mundo e para o Brasil". A live, da série Diálogos Futuro Sustentável, foi transmitida pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS) no YouTube.



IBAMA ignora 99% dos alertas de desmatamento

11/02/2022 | mapbiomas.org.br | Comentários: 0 | Compartilhar: 0

Apenas um em cada cem alertas de desmatamento da Amazônia registrados pela plataforma MapBiomas resultou em algum tipo de sanção por parte do IBAMA, seja por meio de embargos ou autos de infração, entre 2019 e 2020. Dos 115.688 alertas, 1,3%, representando apenas 6,1% do total de área desflorestada, escapou da "miopia" federal. Os dados são de um levantamento realizado pelo Observatório do Clima e pelo Instituto Centro de Vida.

A inação não ocorre por falta de informações, já que o MapBiomas baseia-se em fontes de dados de sistemas oficiais, como o INPE. Também não dá para alegar falta de funcionários em campo. Em entrevista ao *Estado*, a ex-presidente do IBAMA, Suelly Araújo, esclareceu que, desde 2017, o IBAMA conta com a operação Controle Remoto, por meio da qual é possível emitir multas a partir de irregularidades identificadas pelo cruzamento de imagens de satélite com dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR). O embargo de áreas – que impossibilita o proprietário da terra de conseguir crédito rural – também é automático, segundo Suelly, g¹, Carta Capital e Metrópoles repercutiram o estudo.

Tudo indica que os dados de 2021 serão ainda piores, já que o número de multas despencou na proporção inversa ao da destruição da maior floresta tropical do planeta no ano passado. Para aqueles, como o atual presidente, que gostam de subir em púlpitos oficiais da ONU e bradar aos quatro ventos como a Amazônia está protegida, este é mais um dado que – somado aos de recordes de desmatamento – escancara o abismo colossal entre o discurso e a prática da atual gestão no que se refere à política ambiental brasileira.

Se o governo brinca de cabra-cega enquanto a Amazônia arde, o mesmo não acontece com investidores internacionais, que estão cada vez mais atrelando suas decisões de investimento a boas práticas climáticas e ambientais, como destacou ontem (10/2) Heiko Thoms, Embaixador da Alemanha no Brasil, durante *live* internacional "Green New Deal – Um novo acordo verde para o mundo e para o Brasil". A *live*, da série Diálogos Futuro Sustentável, foi transmitida pelo Instituto Clima e Sociedade (ICS) no YouTube.





GREEN NEW DEAL BRASIL: UM PLANO URGENTE

Para discutir o tema, a 20ª edição do projeto **Diálogos Futuro Sustentável** reúne o deputado federal **Alessandro Molon**, o economista **Carlos Eduardo Frickmann Young**, da UFRJ, e **Stephan Contius**, do Ministério do Meio Ambiente de Alemanha



O ICS - Instituto Clima e Sociedade e a Embaixada da Alemanha realizam no dia 19 de fevereiro, quinta-feira, às 10h30 (BRT), um painel internacional para discutir a viabilidade e as abordagens para a implementação de um Green New Deal no Brasil. Nesta 20ª edição do projeto **Diálogos Futuro Sustentável**, que é aberto ao público em geral, o deputado federal **Alessandro Molon** vai detalhar o programa que idealizou – intitulada **Green New Deal – Brasil (GND-BR)** – com o objetivo de estruturar um modelo de crescimento justo e sustentável. Heiko Thoms, Embaixador da Alemanha, fará a abertura do evento.

O projeto propõe a transição para um modelo de desenvolvimento cujo impacto socioambiental seja o menor possível e que gere empregos bem remunerados a partir de atividades sustentáveis. Trata-se de uma extensa pesquisa, cujo sumário foi apresentado pela primeira vez durante a 20ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP26), em Glasgow, em novembro de 2021. De acordo com os autores, não se trata de mais um “plano de recuperação econômica”, mas de um chamado à reprodução de valores universais.

Com os custos de cada uma das 39 ações propostas estimados, a proposta para o Green New Deal – Brasil (GND-BR) está centrada em cinco eixos: infraestrutura; cidades; uso da solo e florestas; transição econômica para a sustentável; e mudanças políticas e jurídicas. “Nos últimos dois anos, convidei uma equipe de economistas que fazem propostas de respostas propostas. “Qual o cenário de ações do seu Green New Deal no Brasil?”, “Qual os benefícios ao compará-lo ao modelo econômico vigente?”, “Qual é o plano econômico?” e “Como podemos pagar por isso?”. Trouxe hoje um dos momentos mais críticos da humanidade, com a subjeção de múltiplas crises: climática, sanitária e socioeconômica. Precisamos agir de forma imediata e ambiciosa, antes que seja tarde demais. Todos nós temos a responsabilidade compartilhada de assegurar um planeta habitável para as futuras gerações, e é a atitude mais decisiva para isso. Um novo Brasil é possível”, afirma Molon.



Alessandro Molon. Foto: @jglovesnet / @jglovesnet / GDF/Cafédo

Para discutir com a sociedade as oportunidades para o Brasil de se avançar nessas abordagens, a 20ª edição do Diálogos Futuro Sustentável convidou, além do deputado **Alessandro Molon**, o professor **Carlos Eduardo Young**, coordenador do grupo de economistas da UFRJ que elaborou o texto do Green New Deal brasileiro; e **Stephan Contius**, chefe da Divisão das Nações Unidas, Países em Desenvolvimento e Economias Emergentes do Ministério do Meio Ambiente da Alemanha, que traz perspectiva complementar na experiência alemã. A moderação será da **Martina Marçal**, coordenadora do Portfólio da Política Climática do Instituto Clima e Sociedade.

SOBRE O GREEN NEW DEAL

A origem do termo Green New Deal (GND) é anterior à pandemia, mas foi o atual presidente norte-americano, Joe Biden, que trouxe-o novamente ao centro do debate, ainda durante sua campanha eleitoral, em aberta oposição à política de seu antecessor, Donald Trump. O termo é uma referência clara ao New Deal – plano de recuperação econômica do presidente Franklin Roosevelt em resposta à Grande Depressão nos EUA no início dos anos 30 – e prevê a liderança dos EUA na promoção de um modelo econômico sustentável, com o objetivo de zerar as emissões globais até 2050 na esteira da recuperação global da pandemia por COVID-19. Para tanto, o país deve garantir que, até 2030, 100% de sua própria eletricidade seja produzida por fontes limpas, renováveis e sem carbono.

Palestrantes

Alessandro Molon – Deputado Federal (PSB-RJ)

Alessandro Lucciola Molon é político e professor. Filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), está em seu terceiro mandato como deputado federal e é o atual líder da oposição na Câmara dos Deputados. Entre os destaques de sua carreira política, em seu primeiro mandato foi relator do Marco Civil da Internet. Antes, atuou por oito anos na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, onde ficou reconhecido por sua atuação na defesa dos direitos humanos e pela fiscalização do Executivo e das ações da própria casa legislativa. Alessandro Molon foi vencedor do Prêmio Congresso em Foco em 2021 como parlamentar mais comprometido com a defesa do clima.

Stephan Contius – Chefe da Divisão das Nações Unidas, Países em Desenvolvimento e Economias Emergentes do Ministério do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha e delegado pelo seu país para a Agenda 2030

Stephan Contius possui larga experiência na cooperação internacional, tendo servido como negociador chefe do governo alemão em eventos tais como a Conferência Mundial pelo Desenvolvimento Sustentável (Johannesburg, 2002) e a Conferência da ONU para o Desenvolvimento Sustentável (Rio de Janeiro, 2012) e como co-líder nas negociações da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Contius também foi responsável pelo estabelecimento de uma série de diálogos sobre mudanças climáticas entre Alemanha e países como Brasil, China e Índia. Contius tem formação em Direito e Ciência Política.

Carlos Eduardo Frickmann Young – Coordenador do Grupo de Economia do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (GEMA/IE/UFRJ)

Professor Titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ). Professor Colaborador dos Programas de Pós Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Mato Grosso (PPGCA/Uemat) e Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGCASA/Ufam). Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT/PPED) e membro do Conselho Técnico-Científico da Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (BPBES) e do Painel Científico para a Amazônia.

Moderação

Martina Marçal – Coordenadora do Portfólio de Política Climática do Instituto Clima e Sociedade

Martina é advogada negra e advogada, doutoranda e mestre em Sociologia e Direito no linha de pesquisa de Conflitos Socioambientais, Rurais e Urbanos pela Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ), onde se gradua. Também é mestre em Relações Étnico-Raciais pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckler da Fonseca (CEFET-RJ). Foi pesquisadora de extensão pelo Centro de Assistência Jurídica da Universidade Federal Fluminense na Associação com Institutos de Luta por Otimismo, em parceria com a Defensoria Pública, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público do Estado do Pará nos anos de 2012, 2017 e 2018.

SERVIÇO – DIÁLOGOS FUTURO SUSTENTÁVEL

- Dia 19 de fevereiro de 2022
- 10h30 - 13h (BRT)
- Assista gratuito pelo YouTube do ICS, exclusivamente para quem se inscrever no link: <https://www.google.com/events/1gh02J14s/WvXx0tbcag5W4AKKqV5ag9Rk6z2Dg6vtd4?top-sharing>